

QUARTA 20
EDIÇÃO 24

FABRÍCIO
BASTOS

CURSO DE PROCESSO COLETIVO

ATUALIZADA COM A
NOVA LEI DE IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA • LEI
14.230/2021

 EDITORA
FOCO

2024 © Editora Foco

Autor: Fabrício Bastos

Editor: Roberta Densa

Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira

Revisora Sênior: Georgia Renata Dias

Coordenadora Editorial: Paula Morishita

Capa: Leonardo Hermano

Projeto Gráfico e Diagramação: Ladislau Lima

Impressão miolo e capa: Gráfica META BRASIL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBN

B327c

Bastos, Fabrício

Curso de Processo Coletivo / Fabrício Bastos. - 4. ed. - Indaiatuba - SP
Editora Foco, 2024.

704 p. ; 17cm x 24cm.

Inclui índice e bibliografia.

ISBN: 978-65-6120-114-8

1. Direito. 2. Direito civil. 3. Processo coletivo. I. Título.

2024-1380

CDD 342 CDU 347

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito civil 342 2. Direito civil 347

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora Foco, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por se em atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações do Conteúdo: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

Bônus ou Capítulo On-line: Excepcionalmente, algumas obras da editora trazem conteúdo extra no *on line*, que é parte integrante do livro, cujo acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. ● acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (6.2024)

Data de Fechamento (5.2024)

2024

Todos os direitos reservados à

Editora Foco Jurídico Ltda.

Rua Antonio Brunetti, 593 – Jd. Morada do Sol

CEP 13348-533 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br

www.editorafoco.com.br

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS.....	V
NOTA DO AUTOR À 4ª EDIÇÃO.....	VII
NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO.....	IX
NOTA DO AUTOR À 1ª EDIÇÃO.....	XI
APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO.....	XIII
PREFÁCIO.....	XV
PREFÁCIO.....	XVII
CAPÍTULO 1 – REGULAMENTAÇÃO DAS AÇÕES COLETIVAS NO BRASIL.....	1
1. Evolução histórica das ações coletivas no Brasil.....	
1.1. Ações coletivas no Brasil.....	4
1.2. Do microsistema da tutela coletiva.....	16
1.3. Do diálogo de fontes.....	23
CAPÍTULO 2 – PROCESSO COLETIVO.....	27
1. Direito processual coletivo como ramo autônomo.....	27
2. Conceito de Processo Coletivo.....	28
3. Tipos de processo coletivo: comum e especial.....	32
3.1. Processo coletivo comum.....	32
3.2. Processo coletivo especial.....	33
4. Litígios estratégicos.....	33
5. Processo de improbidade administrativa – Natureza de processo coletivo?.....	35

CAPÍTULO 3 – MODELOS DE TUTELA COLETIVA	37
1. Modelos de Tutela Coletiva: Ações Coletivas e o Julgamento de Questões Repetitivas.....	37
2. Processo Coletivo-Piloto e Processo Coletivo-Modelo	39
3. Características do Modelo dos Processo de Questões Repetitivas	41
4. Características do Modelo das Ações Coletivas	43
 CAPÍTULO 4 – CONCEITOS DE AÇÃO	 49
1. Ação meramente individual	49
2. Ação individual com efeitos coletivos	50
3. Ação pseudoindividual	55
4. Ação pseudocoletiva ou acidentalmente coletiva	57
5. Ação Essencialmente Coletiva	61
6. Técnicas de Repercussão Individual e Coletiva	63
 CAPÍTULO 5 – OBJETO MATERIAL DA TUTELA COLETIVA.....	 65
1. Introdução.....	65
2. Direitos ou Interesses Coletivos em Sentido Amplo, Transindividuais ou Metaindividuais	66
3. Interesses ou direitos essencialmente coletivos e acidentalmente coletivos	68
4. Objeto material: aspectos de caracterização	70
5. Direitos ou Interesses Difusos.....	70
5.1. Aspectos subjetivos	71
5.2. Aspectos objetivos	73
5.3. Aspectos processuais.....	74
6. Direitos ou Interesses Coletivos em Sentido Estrito	80
6.1. Aspectos subjetivos	80
6.2. Aspectos objetivos	82
6.3. Aspectos processuais.....	83
7. Direitos ou Interesses Individuais Homogêneos.....	84
7.1. Aspectos subjetivos	87
7.2. Aspectos objetivos.....	90
7.3. Aspectos processuais.....	92
8. O incidente de resolução de demandas repetitivas, os direitos individuais homogêneos e coletivização das demandas	99

8.1. Sistema do <i>fair notice e right to opt in or out</i> aplicável aos processos coletivos que veiculam direitos individuais homogêneos	100
8.2. Consequência da aplicação prática deste incidente no microsistema da tutela coletiva.....	102
9. Tutela dos Direitos Individuais Indisponíveis	103
10. Critérios para a identificação do direito transindividual tutelado	106
11. Atomização e molecularização dos litígios.....	107
12. Tipologia dos Litígios – Uma nova classificação dos direitos coletivos em sentido amplo.....	108
CAPÍTULO 6 – REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NOS PROCESSOS COLETIVOS.....	113
1. Considerações gerais.....	113
2. Do Poder Geral de Efetivação.....	114
3. Dilação de prazos processuais	116
4. Alteração da ordem da produção das provas.....	117
5. Poder de polícia do magistrado	117
6. Determinação de comparecimento pessoal das partes.....	118
7. Saneamento dos vícios e irregularidades processuais	120
8. Intimação dos legitimados coletivos sobre a existência de demandas repetitivas	121
9. Coletivização das demandas individuais	129
10. Direitos repetitivos e direitos individuais homogêneos	131
11. Sistema do <i>fair notice e right to opt in or out</i> aplicável aos processos coletivos que veiculam direitos individuais homogêneos	131
12. Recorribilidade das decisões interlocutórias e o regime da preclusão imediata .	134
12.1. Panorama Geral	134
12.2. Panorama nos Processos Coletivos	138
12.3. Considerações Finais	140
13. Tutelas provisórias no CPC/15 e a repercussão nos processos coletivos	146
14. Inaplicabilidade do art. 115, parágrafo único, CPC/15	160
15. Prazo para o oferecimento do agravo interno nos processos coletivos	163
16. Intervenção do substituído nos processos coletivos	165
17. Negócio jurídico processual atípico nos processos coletivos	171
18. Possibilidade da realização da autocomposição nos processos coletivos.....	176

19. Aplicação do procedimento comum (art. 318, CPC/15) aos processos coletivos	180
19.1. Análise dos arts. 105-A da Lei 9.504/1997 e 21 da Lei 12.846/13.....	180
19.2. Ação Civil Pública em matéria eleitoral.....	181
19.3. Ação Civil de Responsabilização Judicial da Lei Anticorrupção.....	184
19.4. Procedimento Comum do CPC na Ação por Improbidade Administrativa: Aplica-se realmente o procedimento comum previsto no CPC?.....	185
20. Causa interruptiva da prescrição nas demandas de improbidade administrativa	186
21. Regime das despesas processuais nos processos coletivos	188
22. Consequência processual da continência	191
22.1. Análise do art. 57, CPC e a sua aplicação nos processos coletivos – regras de prevenção da competência.....	191
22.2. Com esta modificação advinda com o art. 57, CPC, surge a seguinte questão: a súmula 489 do Superior Tribunal de Justiça foi superada?.....	192
22.3. Qual regra de prevenção da competência deve ser aplicada aos processos coletivos?	193
23. Efeito suspensivo nos recursos de apelação oriundos de processos coletivos	195
CAPÍTULO 7 – PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO	199
1. Introdução e contextualização	199
2. Princípio do transporte <i>in utilibus</i> da sentença coletiva (regime jurídico <i>in utilibus</i>)	201
3. Princípio da primazia do mérito	202
4. Princípio da indisponibilidade	204
5. Princípio da atipicidade ou não taxatividade das ações (tutelas) coletivas	205
6. Princípio da ampla publicidade ou ampla divulgação da tutela coletiva.....	208
7. Princípio da competência adequada – <i>forum shopping</i> , <i>forum non conveniens</i> e <i>translatio iudicii</i>	209
8. Princípio da gratuidade das ações coletivas	210
9. Princípio da obrigatoriedade da ação (tutela) coletiva	212
10. Princípio da legitimação (representatividade adequada)	215
11. Princípio da certificação adequada da ação (tutela) coletiva.....	215
12. Princípio inquisitorial do processo coletivo	217

CAPÍTULO 8 – ASPECTOS PROCESSUAIS DO PROCESSO COLETIVO	221
1. Introdução.....	221
2. Aspectos Processuais dos Processos coletivos	221
2.1. Defesas do réu	222
2.2. Fase de Admissibilidade da Demanda	224
2.2.1. Panorama Geral	224
2.2.2. Processo por Improbidade Administrativa	225
2.3. Petição Inicial	227
2.4. Providências Preliminares	229
2.4.1. Julgamento conforme o estado do processo	229
2.4.2. Desmembramento do litisconsórcio	229
2.4.3. Réplica	229
2.4.4. Decisão fixadora da tipificação do ato de improbidade adminis- trativa.....	230
2.5. Litisconsórcio.....	230
2.6. Ônus da prova	238
2.7. Atuação multifacetária do Ministério Público	239
2.8. Relação entre ações coletivas.....	242
2.8.1. Litispendência	242
2.8.1.1. Teorias acerca da litispendência	242
2.8.1.2. Litispendência entre ações coletivas.....	243
2.8.2. Conexão e continência	249
2.8.3. Relação entre ação coletiva e ação individual: sistema do <i>fair notice</i> e <i>right to opt (in or out)</i>	250
2.9. Teoria da decisão judicial.....	253
2.9.1. Panorama Geral	253
2.9.2. Decisões estruturantes	255
2.9.2.1. Panorama Geral.....	255
2.9.2.2. Características	258
2.9.2.3. Provimentos em cascata	260
2.9.2.4. Origem.....	262
2.9.2.5. Procedimento no Processo Estrutural.....	265
2.9.3. Entidades de Infraestrutura Específica (<i>claims resolution facilities</i>) ...	266
2.10. Rito – procedimentos	269
2.11. Recursos	270

CAPÍTULO 9 – COMPETÊNCIA	273
1. Conceito e natureza jurídica	273
2. Regra geral de competência	274
3. Competência na LACP e no CDC	285
4. Regras especiais de competência	286
4.1. Princípio da competência adequada: <i>forum shopping</i> x <i>forum non conveniens</i>	286
4.2. Competência no mandado de segurança coletivo	287
4.3. Competência no mandado de injunção coletivo	288
4.4. Competência na ação por improbidade administrativa.....	289
4.4.1. Da (in)existência de foro por prerrogativa de função na seara da improbidade administrativa. Competência do juízo de primeiro grau para processo e julgamento	291
4.4.2. Da inexistência de <i>bis in idem</i> na aplicação da lei de improbidade administrativa ao agente político.....	296
4.4.3. Da natureza jurídica das sanções decorrentes da prática do ato de improbidade administrativa.....	297
4.4.4. Da natureza jurídica da ação de improbidade administrativa.....	299
4.4.5. Direito Administrativo Sancionador como vetor na Improbidade Administrativa.....	304
4.5. Competência no crime de responsabilidade	307
4.6. Competência na ação popular	309
4.7. Competência no Estatuto do Idoso e no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	311
4.8. Competência no processo coletivo especial	312
4.9. Competência no processo coletivo derivado do modelo de resolução de questões repetitivas	312
4.10. Competência nos litígios coletivos transnacionais e transfronteiriços.....	313
5. Prevenção	314
6. Competência para liquidação e execução da sentença coletiva de procedência	315
CAPÍTULO 10 – CONDIÇÕES DA AÇÃO	317
1. Introdução	317
2. Possibilidade jurídica da demanda como elemento do mérito.....	318
2.1. Matéria tributária, contribuições previdenciárias, FGTS ou outros fundos..	319

2.2. Controle de constitucionalidade.....	322
2.3. Controle judicial de políticas públicas	324
3. Interesse processual ou de agir	329
4. Legitimidade	332
4.1. Legitimidade <i>ad causam</i> coletiva ativa	332
4.2. Distinção entre legitimação <i>ad actum</i> e legitimação <i>ad causam</i>	334
5. Classificações da legitimidade extraordinária	335
5.1. Legitimidade extraordinária autônoma e subordinada	335
5.2. Legitimação extraordinária coletiva exclusiva.....	335
5.3. Legitimação extraordinária concorrente	335
5.4. Legitimidade concorrente disjuntiva	336
6. Legitimados ativos no processo coletivo comum	336
6.1. Legitimação na ação popular	336
6.2. Legitimação na ação civil pública genérica	338
6.3. Legitimação na ação por improbidade administrativa.....	340
6.3.1. Legitimidade ativa.....	340
6.3.2. Legitimidade Passiva	346
6.4. Legitimação na ação civil pública com base na lei anticorrupção	361
6.5. Legitimação no mandado de segurança coletivo	363
6.6. Legitimidade no mandado de injunção coletivo	367
6.7. Legitimação coletiva passiva. Ação coletiva passiva. <i>Defendant Class Actions</i>	369
7. Legitimidade <i>ad causam</i> da Defensoria Pública.....	372
8. A (des)necessidade da autorização assemblear e estatutária – legitimação extraordinária	377
9. Controle judicial (<i>ope iudicis</i>) e legal (<i>ope legis</i>) da legitimidade – Representatividade adequada (<i>adequacy of representation</i>).....	382
10. Legitimidade do Ministério Público	387
CAPÍTULO 11 – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	397
1. Introdução	397
2. Assistência	399
2.1. Intervenção individual nas ações acidentalmente coletivas	401
2.2. Intervenção do cidadão-eleitor.....	404

2.3. Assistência litisconsorcial – Intervenção de colegitimado	404
2.4. Intervenção multifacetária do MP – Assunção do processo e assunção da legitimidade ativa	406
3. Oposição	408
4. Nomeação à autoria – Técnica de saneamento	409
5. Chamamento ao processo	410
6. Denúnciação da Lide	412
6.1. Denúnciação da lide nas relações de consumo	413
6.2. Denúnciação da lide na ação de responsabilidade civil em face do Estado	414
7. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	415
7.1. Descon sideração inversa da personalidade jurídica	417
7.2. Descon sideração expansiva da personalidade jurídica	417
8. Intervenção atípica, anômala ou anódina	418
9. <i>Amicus Curiae</i>	419
10. Intervenção móvel – Despolarização da demanda – Reversibilidade da posição processual – Atuação pendular – Migração sucessiva	422
11. Intervenção da defensoria pública como <i>custos vulnerabilis</i>	431
CAPÍTULO 12 – TUTELAS PROVISÓRIAS	435
1. Introdução	435
2. Classificações	435
3. Tutelas jurisdicionais	436
3.1. Tutela provisória: de urgência e de evidência	436
3.2. Tutelas definitivas	436
4. Temas específicos para os processos coletivos	437
4.1. Legitimidade do Ministério Público para requerer tutela provisória	437
4.2. Exigência de caução	438
4.3. Limites e restrições para a concessão de tutelas provisórias	438
4.4. Tutelas provisórias na seara da improbidade administrativa	441
4.4.1. Sequestro	443
4.4.2. Indisponibilidade	445
4.4.3. Afastamento do agente público das suas funções	455

CAPÍTULO 13 – COISA JULGADA COLETIVA.....	461
1. Conceito	461
2. Características	464
2.1. Direitos essencialmente coletivos; direitos difusos.....	464
2.1.1. Coisa julgada na hipótese de procedência do pedido	464
2.1.2. Improcedência do pedido por insuficiência de provas	464
2.1.3. Insuficiência de provas e riscos do desenvolvimento	466
2.1.4. Fundamentação da decisão, questão prejudicial e coisa julgada material	467
2.1.5. Improcedência por insuficiência de provas e interesse recursal	468
2.2. Direitos coletivos em sentido estrito	469
2.2.1. Procedência do pedido nas ações coletivas que veiculam direito coletivo em sentido estrito	469
2.2.2. Improcedência do pedido nas ações coletivas que veiculam direito coletivo em sentido estrito	469
2.3. Direitos acidentalmente coletivos ou direitos individuais homogêneos (imutabilidade <i>secundum eventum litis</i>)	470
2.3.1. Improcedência pura nas ações coletivas que veiculam tutela de direitos individuais homogêneos.....	471
2.3.2. Improcedência por insuficiência de provas nas ações coletivas que veiculam tutela de direitos individuais homogêneos.....	471
3. Limitação territorial da eficácia subjetiva das decisões nas demandas coletivas atrelada à competência do órgão jurisdicional	473
4. Regime jurídico especial da coisa julgada material	476
4.1. Coisa julgada material na ação de improbidade administrativa	476
4.2. Coisa julgada material no mandado de segurança coletivo	482
4.3. Coisa julgada material no mandado de injunção coletivo	483
4.4. Coisa julgada material no processo coletivo especial	485
CAPÍTULO 14 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	487
1. Introdução.....	487
2. Tese da imprescritibilidade da pretensão judicial exercível via ação civil pública para a tutela dos direitos difusos e coletivos em sentido estrito	487
3. Regime jurídico da prescrição na seara da improbidade administrativa	492
3.1. Introdução e regra geral	492
3.2. Prescrição aplicável aos terceiros particulares	495

3.3. Prescrição intercorrente	496
3.4. Regime jurídico da prescrição e o exercício de mandato eletivo (art. 23, I, LIA).....	497
3.5. Situação jurídica híbrida	499
3.6. Unidade existencial do ato de improbidade	500
3.7. Ato de improbidade que configura infração penal.....	501
3.8. Regime da prescrição na Lei Anticorrupção	502
3.9. Interpretação extensiva do art. 23, I, LIA	503
3.10. Aplicação da regra do art. 23, III, LIA.....	503
4. Regime jurídico prescricional na ação popular.....	503
5. Regime jurídico prescricional no mandado de segurança coletivo.....	504
6. Termo inicial flexível para a contagem do prazo prescricional.....	506
7. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição e decadência na tutela coletiva	509
8. Prazo prescricional para o exercício da pretensão executória.....	511
9. Direito intertemporal e as novas regras da prescrição da lei de improbidade administrativa.....	511
CAPÍTULO 15 – LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO.....	517
1. Introdução.....	517
2. Princípio do vínculo ao título	519
3. Classificação das execuções.....	520
3.1. Execução nos direitos difusos e coletivos	520
3.2. Fundo de defesa dos direitos difusos e execução por <i>fluid recovery</i>	521
3.3. Execução nos direitos individuais homogêneos	524
3.4. Execução provisória nas ações coletivas.....	526
4. Legitimidade para promover a execução	527
5. Competência	530
6. Liquidação da sentença coletiva.....	530
6.1. Conceito e natureza jurídica	530
6.2. Procedimento aplicável.....	531
6.3. Regras de competência	531
6.4. Legitimidade para o requerimento.....	531
6.5. Sentença de procedência com condenação genérica	531

6.6. Relação entre o pedido formulado pelas partes e a formulação da liquidação	532
6.7. Objeto da liquidação	533
6.8. Tipos de liquidação de sentença.....	534
6.9. Questões processuais decorrentes da liquidação da sentença	534
CAPÍTULO 16 – INSTRUMENTOS EXTRAPROCESSUAIS E EXTRAJUDICIAIS DA TUTELA COLETIVA	537
1. Inquérito Civil (Res. 23 CNMP e arts 8º e 9º LACP).....	537
1.1. Conceito e natureza jurídica	538
1.2. Características	538
1.3. Procedimento preparatório.....	543
1.4. Fases procedimentais do inquérito civil	543
2. Promoção de Arquivamento	559
2.1. Arquivamento implícito.....	559
2.2. Arquivamento e a conexão procedimental	561
2.3. Arquivamento e o declínio de atribuição.....	561
2.4. Arquivamento administrativo x arquivamento institucional	562
2.5. Promoção de arquivamento: ato administrativo complexo ou composto?..	563
2.6. Desarquivamento	564
2.7. Arquivamento e recurso voluntário	565
2.8. Atitudes que o órgão colegiado superior pode tomar no exercício do reexame necessário.....	566
2.9. Fatos penalmente típicos no bojo do inquérito civil.....	567
3. Instrumentos de redução da litigiosidade.....	568
3.1. Introdução	568
3.2. Recomendação	568
3.2.1. Características.....	570
3.2.2. Destinatários	571
3.2.3. Procedimento	573
3.2.4. Efeitos e consequências da recomendação.....	574
3.3. Termo de ajustamento de conduta.....	574
3.3.1. Natureza jurídica do Termo de Ajustamento de Conduta.....	575
3.3.2. TAC extrajudicial e judicial	579

3.3.3.	Legitimidade para figurar como tomador do TAC	580
3.3.4.	Objeto do TAC	584
3.3.5.	Procedimento do TAC	586
3.3.6.	Efeitos da celebração do TAC	588
3.3.7.	Instrumentos extrajudiciais afins ao Termo de Ajustamento de Conduta	589
3.3.7.1.	Compromisso de cessação (art. 53 da Lei 8.384/1994)....	590
3.3.7.2.	Compromisso de ajustamento de conduta ambiental (art. 79-A da Lei 9.605/1998).....	592
3.3.7.3.	Acordo de leniência	595
3.3.7.4.	Acordo de Não Persecução Cível.....	596
3.4.	Acordo de Não Persecução Cível	597
3.4.1.	Histórico da consensualidade na seara da improbidade administrativa.....	597
3.4.2.	Conceito	599
3.4.3.	Natureza jurídica.....	600
3.4.4.	Legitimidade.....	602
3.4.5.	Questões processuais decorrentes da celebração do acordo de não persecução cível	606
3.4.5.1.	Conhecimento <i>ex officio</i> do ANPC pelo juízo da sua existência quando celebrado antes da vigência da nova lei.....	606
3.4.5.2.	Prazo do ANPC e a sua relação com a prescrição.....	607
3.4.5.3.	Participação do magistrado no ANPC	608
3.4.5.4.	Participação do órgão colegiado do Ministério Público no ANPC	611
3.4.5.5.	Consequências jurídicas decorrentes do descumprimento do ANPC	615
3.5.	Procedimento para a celebração do acordo de não persecução cível.....	616
3.6.	Pressupostos e requisitos para a celebração.....	616
3.7.	Possibilidade da celebração do acordo de colaboração premiada na seara da improbidade administrativa.....	622
3.8.	Possibilidade da realização da autocomposição.....	627
3.9.	Consequências jurídicas procedimentais da celebração do ANPC.....	632
4.	■ Direito sancionador e a consensualidade por meio do ANPC.....	633
4.1.	Introdução	633

4.2. Elementos obrigacionais do ANPC – sanções e responsabilidade patrimonial	635
4.2.1. Introdução	635
4.2.2. Capítulo reparatório – perda dos bens e valores acrescidos ilícitamente ao patrimônio.....	639
4.2.3. Capítulo reparatório – ressarcimento ao erário	641
4.2.4. Capítulo sancionatório patrimonial – multa civil	644
4.2.5. Capítulo sancionatório – proibição de contratação e recebimento de benefícios do poder público.....	646
4.2.6. Capítulo sancionatório – da renúncia (perda) ao cargo público....	647
4.2.7. Capítulo sancionatório – da assunção da obrigação de não concorrer aos cargos políticos	650
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	653